



O PATRIMÔNIO OPERÁRIO: O caminho traçado pelos campos do patrimônio industrial e da memória operária rumo à preservação dos lugares de memória na cidade do Rio de Janeiro

Autores:

Aline Cristina Fortunato Cruvinel - PROURB/UFRJ - aline.cruvinel@hotmail.com

Resumo:

O estudo sobre o patrimônio operário no Rio de Janeiro se alicerça em alguns questionamentos básicos: qual o lugar do operário no campo do patrimônio cultural e das políticas de preservação? Que lugar é dado para o trabalhador na gestão da cidade? Quais histórias o espaço urbano pode contar a partir da experiência dos trabalhadores? Para responder como a academia e a gestão pública tem tratado o tema, o artigo em questão parte da abordagem trazida pelo patrimônio industrial – subdivisão do patrimônio cultural construída através da chamada arqueologia industrial – e dos estudos sobre a classe operária na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvidos pela antropologia, pela história e pelas ciências sociais. Em seguida, são identificados, dentre os imóveis tombados no Rio de Janeiro a nível municipal, aqueles que se mostram vinculados ao conceito de patrimônio industrial, bem como suas limitações para a preservação efetiva de uma memória operária através do espaço.

O PATRIMÔNIO OPERÁRIO

O caminho traçado pelos campos do *patrimônio industrial* e da *memória operária* rumo à preservação dos lugares de memória na cidade do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, o patrimônio industrial do Rio de Janeiro tem adquirido uma nova expressão: especialmente associado aos complexos fabris pelos órgãos de preservação, as indústrias, falidas ou realocadas para áreas periféricas na RMRJ, abrem cada vez mais espaço para a instalação de novas lógicas de produção e consumo em suas antigas construções. Se, de um lado, os terrenos deixados para trás são sedutores aos olhos dos empreendedores imobiliários, representando a compra e a venda de extensas áreas com infraestrutura já existente, de outro, os edifícios legalmente protegidos não passam menos despercebidos. O Hipermercado Extra Boulevard, localizado em Vila Isabel, até 1964 era a Fábrica Confiança, ainda lembrada nas canções escritas por Noel Rosa na década de 1930. O Shopping Bangu, situado próximo à estação de trem de Bangu, já foi a Companhia Progresso Industrial do Brasil, constituída em 1889 e que teve papel importante para a urbanização da região. Nas edificações do Shopping Nova América, localizado próximo à estação de metrô Nova América/Del Castilho, funcionou entre 1925 e 1995 a Companhia de Tecidos Nova América, parte do complexo de indústrias têxteis pertencentes à América Fabril, concebida a partir da Companhia de Tecidos Pau Grande, em Magé, na década de 1870. As recentes iniciativas englobadas pelo projeto Porto Maravilha evidenciam igualmente esse crescente interesse por determinados espaços, antes marcados pela presença industrial e agora vistos como degradados, que tem se mostrado presente nas discussões sobre gestão urbana.

Nesse cenário, em que o uso do patrimônio cultural se torna muitas vezes contraditório e acelera processos de especulação imobiliária e gentrificação, e em que a atuação pontual – estruturada basicamente a partir do tombamento de edificações isoladas – tem sido o caminho escolhido pelas políticas de preservação, o estudo de um patrimônio operário do Rio de Janeiro representa o esforço de aproximar discussões existentes sobre cultura, trabalho e cidade. Da mesma forma, permite identificar as atuais limitações que dificultam uma gestão democrática do patrimônio e trazer à tona aspectos da história urbana carioca pouco apropriados pelo campo da arquitetura e do urbanismo. Em um ambiente marcado pela materialidade, tema necessário para a discussão da vida e da memória na cidade, um elemento importante no processo de valoração cultural, e debatido no campo do patrimônio cultural, é tomado como fio condutor da análise – o sujeito que atribui o valor. A

perspectiva do operário, assim, norteia a construção desse artigo e antecede, ou justifica, uma história a ser contada através do espaço urbano.

A construção de um patrimônio operário reflete a escolha consciente de um recorte que, em partes, se insere no denominado patrimônio industrial, e busca novos sentidos em outros campos de estudo sobre o trabalho e o trabalhador. Esse recorte se justifica pela possibilidade de trazer protagonismo a um grupo social que, na história reconhecida na cidade, ora se vê esquecido, ora tem sua memória deturpada para conferir novo valor econômico a determinados espaços, em um processo que romantiza a experiência operária e preconiza a arquitetura industrial. Nesse sentido, determinar o operário como sujeito específico significa também evidenciar as contradições e conflitos que permeiam a construção e a gestão do espaço em diferentes momentos da história, e que podem parecer inexistentes quando se fala de um patrimônio cultural que incorpora diferentes sujeitos e valores – como se a relação entre eles fosse sempre amistosa. É preciso discernir quem tem falado mais alto entre as diferentes vozes pressupostas pelo campo do patrimônio.

Essa visão, além disso, se introduz em uma conjuntura cultural que vem construindo ao longo do século XX a identidade carioca em consonância com a pluralidade de uma população que vive em uma cidade socialmente segregada – e essa própria desigualdade socioespacial resvala na construção de uma memória que apaga sujeitos tradicionalmente marginalizados. A cultura do Rio de Janeiro utilizou-se, em um primeiro momento desse processo, de símbolos vinculados a uma elite branca e a uma tradição católica que, mais recentemente, têm sido acompanhados pelo reconhecimento de práticas populares. O lugar privilegiado que a Bossa Nova ocupou nessa identidade é um exemplo disso, agora seguido pelo samba, que, mesmo como um símbolo de resistência da cultura popular, não deixa de ser convenientemente inserido em uma lógica de consumo, notadamente no período do carnaval. O reconhecimento tardio das religiões de matriz africana na cidade do Cristo Redentor é também representativo desse processo que historicamente privilegiou as classes mais ricas, levando-se em consideração a relação direta entre raça e pobreza estabelecida desde os tempos da escravidão. O espaço urbano visto como cultural por essa identidade carioca, no fim das contas, segue, em grande parte, atrelado à zona sul da cidade e reforçado por uma paisagem natural, às vezes não tão natural.

Nesse contexto, o estudo sobre um possível patrimônio operário no Rio de Janeiro se alicerça em alguns questionamentos básicos: qual o lugar do operário no campo do patrimônio cultural e das políticas de preservação? Que lugar é dado para o trabalhador na gestão da cidade? Quais histórias o espaço urbano pode contar a partir da experiência de vida dos trabalhadores? Para responder a essas perguntas, o artigo em questão parte da abordagem trazida pelo campo do patrimônio industrial – subdivisão do patrimônio cultural construída através da chamada arqueologia industrial – e dos estudos existentes sobre a classe operária na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvidos pela antropologia, pela história e pelas ciências sociais. Em seguida, são identificados, dentre os imóveis tombados na cidade do Rio de Janeiro pelo órgão municipal de preservação, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), aqueles que se mostram diretamente vinculados ao conceito de patrimônio industrial, segundo a definição do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) apresentada na Carta de Nizhny Tagil.

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL A PARTIR DA ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

A inserção da temática industrial no campo do patrimônio cultural, em um contexto europeu sobre o qual posteriormente a experiência brasileira se moldaria, se deu através da intitulada *arqueologia industrial*, termo difundido pelo historiador Michael Rix, em 1955, para designar o campo de pesquisa, então incipiente, acerca dos marcos simbólicos da indústria. Publicado na revista *The Amateur Historian* em setembro daquele ano, o artigo *Industrial Archaeology* assinala as preocupações que permeavam o ambiente acadêmico da Birmingham University, enquanto a Inglaterra e outros países europeus ainda sentiam os impactos do Plano Marshall e de planos de renovação urbana implementados no pós-guerra. Reconhecida como um marco para a discussão do patrimônio industrial pelos estudiosos do campo, a publicação de Rix é especialmente relevante por enaltecer aspectos da industrialização que serão tomados como constituintes de uma cultura a ser preservada e que, aqui, são identificados como obstáculos para o reconhecimento de um patrimônio operário. Nesse contexto, torna-se necessário investigar em que medida a construção do campo da arqueologia industrial, pautado na monumentalidade, proclama um suposto progresso natural do homem através da técnica e da indústria, e, ao mesmo tempo, camufla os impactos da industrialização no espaço e na reconfiguração da sociedade.

De modo geral, com o objetivo de trazer à tona a suposta beleza presente na paisagem industrial, cuja preservação ele defende, Rix aponta quatro aspectos da Revolução Industrial que simbolizam marcos importantes para a herança inglesa: a produção de ferro em grande quantidade, aplicada em máquinas, motores e construções; as fábricas e seu maquinário como representativos de uma nova dinâmica; os motores e as locomotivas, que permitiriam a geração de energia; os canais e as ferrovias, entendidos como essenciais para a distribuição de produtos em massa (RIX, 1955, p. 225). Orientando-se a partir desses elementos, então, o historiador expõe suas primeiras manifestações no território inglês: a primeira produção de ferro fundido e seu respectivo forno; os produtos em ferro – a primeira capela, um púlpito, um obelisco, o mais antigo edifício ainda existente, algumas pontes –; a evolução da máquina. Os primeiros canais, túneis, locomotivas e ferrovias construídos.

O que é, no mínimo, curioso no texto de Rix é que não há qualquer alusão aos operários responsáveis pela construção e operação dos monumentos supracitados e pela conformação da paisagem industrial de modo geral. Rix destaca pontualmente indivíduos que considera importantes para que tais avanços fossem possíveis, avaliando-os pelo caráter pioneiro e/ou monumental de suas obras – como Abraham Darby, fazendeiro que produziu o primeiro ferro fundido, em 1657; e Thomas Telford e suas pontes em Chirk e Pontcysyllte ou “os mais amáveis monumentos industriais” (RIX, 1955, p. 228). A presença de operários nesse processo, no entanto, não é colocada em pauta, ainda que a indústria, ponto de partida dessa frente de estudos que se expande e se ampara no discurso de Rix, tenha se desenvolvido às custas de uma classe trabalhadora submetida a condições precárias de moradia e a jornadas de trabalho extensas em troca de salários insuficientes para uma vida digna, como indicam os estudos apresentados por Friedrich Engels, em 1845.

Em seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Engels expõe as condições de vida e trabalho que se estendem por todo o território inglês e que, mais de um século depois, desaparecem no discurso da arqueologia industrial. Tomando como exemplo Birmingham e suas cidades vizinhas, Rix deixa despercebidas desde as condições de moradia em bairros sujos, onde a população operária se aglomera em pátios estreitos e mal arejados, conforme indica a revista *The Artizan*, em outubro de 1843 (ENGELS, 2010, p. 79), até os impactos da industrialização na saúde dos trabalhadores e na reconfiguração socioespacial. Da mesma forma, os reflexos culturais da classe operária no espaço urbano não são considerados, deixando-se de lado o potencial de organização coletiva que a rotina industrial permite e que se desdobra não somente na luta por direitos, na constituição de sindicatos e de greves, mas também nos (poucos) momentos de descanso.

Dito isso, é preciso refletir, primeiramente, sobre os impactos da perspectiva trazida por essa arqueologia na construção de uma história a ser contada. Da mesma maneira, é preciso avaliar se a interdisciplinaridade presente na arqueologia industrial existe de fato ou se esta apenas abrange campos de estudos que se tocam vez ou outra.

Quando se trata da história que tem sido contada a partir dos testemunhos da indústria, a imagem do progresso se sobressai. Nessa perspectiva, primeiramente o que se vê é uma identidade que exalta a técnica e os avanços materiais, que olha para os produtos industriais como exemplares das grandes realizações do homem a partir da tecnologia e, por conseguinte, coloca em segundo plano – quando não camufla – o trabalho coletivo que há nesse processo. Esse mesmo trabalho, que obedece a lógicas pragmáticas de produção, é incorporado como uma tradição, ainda que a técnica e a rotina aplicadas possam ser substituídas rapidamente sem nenhum prejuízo cultural ao trabalhador, e tal tradição preenche as lacunas na continuidade histórica deixadas pelas transformações da Revolução Industrial (HOBSBAWN, 2008, p. 16).

A arqueologia industrial, nesse sentido, aparece para afirmar as benesses da indústria, notadamente pelo viés da engenharia e da arquitetura, tomando como símbolos construções agora viáveis pela técnica e a aplicação do ferro e do vidro preconizada pelas Exposições Universais. Rix, por exemplo, além de mencionar a construção do Palácio de Cristal, em 1851, e interpretar a evolução da máquina a vapor como “a mais memorável realização do homem depois da agricultura”, apresenta a construção de canais e ferrovias como “a maior remodelação da paisagem do país desde os tempos da pré-história” (RIX, 1955, p. 228), ainda que não se preocupe em elencar os possíveis efeitos negativos dessa remodelação espacial. Como consequência dessa identidade voltada para o material e monumental, a Inglaterra se reafirma pioneira e posiciona a Revolução Industrial não só como marco histórico mas como ocasião oportuna de uma nação que estaria à frente de seu tempo.

É a partir de tais símbolos, ainda, que a construção de uma arqueologia industrial como uma *tradição inventada* – que ocorre quando uma continuidade histórica, através da repetição, é artificialmente forjada e ritualizada (HOBSBAWN, 2008, p. 17) – se dá sob a ideia de que os avanços da indústria e a evolução do homem caminham em simbiose. Por conseguinte, essa mesma arqueologia defende que o avanço da industrialização reflete também o avanço do homem, de modo a legitimar as relações sociais encontradas na lógica de produção industrial, em que o industrial e o operário se sobressaem enquanto atores, e

aos quais se somam o Estado e a iniciativa privada em torno desse mesmo simbolismo. É também através desses atores que os conflitos e interesses mais ou menos combinados vão implicar na produção do espaço, em uma conjuntura em que a preservação cultural pode servir como instrumento de um novo mercado ou como meio de resistência.

Em relação à interdisciplinaridade proposta e suposta, por sua vez, os objetos de estudo dessa arqueologia dividem a atenção entre diferentes campos – arquitetura e urbanismo, história, ciências sociais, antropologia, etc. –, o que não garante uma integração efetiva entre os discursos desenvolvidos. No que diz respeito à construção identitária através da indústria no espaço urbano, o campo do patrimônio cultural – dentro do qual a arqueologia se conforma como *patrimônio industrial* – e os estudos acerca da *memória operária*, no caso do Rio de Janeiro, se destacam.

O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO CARIOCA E A OCUPAÇÃO URBANA DO RIO DE JANEIRO

Ainda que diferentes autores defendam que a industrialização do Rio de Janeiro tenha sido tardia, os primeiros traços que a tornam o principal polo industrial brasileiro até a década de 1920 estão situados nas mudanças sociais, econômicas e políticas do século XIX. Em um percurso contraditório, é certo, em que a ideologia liberal – que produz uma cidade com a forte presença do imigrante, do escravo liberto e da criança operária – entra em conflito com uma elite conservadora – por sua vez, apegada a um sistema agrícola construído às custas do trabalho escravo –, o Rio de Janeiro industrial se molda.

Tomando-se como marco inicial a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a influência portuguesa na política e na sociedade fluminense, reflete-se rapidamente na ocupação territorial efetuada por membros da Corte e por imigrantes portugueses de modo geral, definida pelo crescimento populacional acentuado que estabeleceu novas demandas de suprimento. Tal momento mostrou-se potencial para a indústria desenvolver-se, o que não aconteceu de fato, devido à política portuguesa, manifesta em medidas como a Carta Régia de 1808, que abre os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, e o Tratado de Aliança e Comércio de 1810, que diminui a taxa sobre produtos manufaturados ingleses e proíbe a venda de produtos coloniais.

Na história colonial do Brasil, não é a primeira vez que isso acontece. À Colônia, a política centralizadora e o monopólio até então exercidos por Portugal atribuem uma suposta vocação agrícola – discurso favorecido pelos quatro séculos de exploração que somam, juntos, os ciclos do algodão, do ouro, da cana-de-açúcar e do café –, de modo a frear possíveis caminhos de industrialização em prol do mercado de produtos primários. Um exemplo é o Alvará de Dona Maria I que, em 1785, estabelece a paralisação de teares com o objetivo de impedir a evasão de mão de obra das lavouras e das minas e garantir a diferenciação entre os produtos da Metrópole e da Colônia, além de limitar a produção de tecido (RENAULT, 1976, p. 12). Cabe ressaltar, ainda, o papel da industrialização como uma alternativa defendida pelos movimentos de independência, que reagiam à exploração da terra e da mão de obra e viam na indústria uma possibilidade de emancipação econômica. Como Renault destaca: “Tanta

riqueza na entranha da terra, e tanta miséria entre o povo. Esse paradoxo vai ser uma constante que se ergue a favor da industrialização.” (RENAULT, 1976, p. 15).

Ainda assim, a chegada da família real é simbólica de um tempo de mudanças significativas para a indústria. O incentivo da Coroa Portuguesa à industrialização se evidencia na revogação do Alvará de D. Maria I, no estabelecimento de quatorze anos de privilégios a inventores de máquinas, bem como de prêmios anuais de 60 mil cruzados às manufaturas de lã, algodão, seda, ferro e aço (RENAULT, 1976, p. 18). Essas medidas, no entanto, estavam longe de indicar uma postura econômica liberal, se aproximando mais de uma tentativa de restabelecer uma economia pautada na exploração da terra, que ruía diante da influência concedida aos ingleses. Na lógica da industrialização, o Reino do Brasil tinha claro seu lugar – o de fornecedor de matéria prima para o mercado inglês – e os avanços técnicos não eram inseridos senão para mantê-lo nessa posição. Mais tarde, na Era Vargas, quando o Brasil emerge como uma nação da indústria e do operário, os métodos de exploração se consolidam em novos moldes.

Nesse período inicial da indústria, é essencial destacar dois aspectos importantes: o primeiro é que o termo “industrial” se refere predominantemente à atividade manufatureira¹ (RENAULT, 1976, p.7); o segundo, é que a atividade industrial em si e seu incentivo estão essencialmente colocados como um mecanismo de apoio à agricultura², em uma concepção clássica que interpreta a indústria como um meio de fornecer instrumentos para lavrar a terra (CARONE, 1978, p. 25). Essa associação entre indústria e manufatura é relevante no seguinte estudo porque identifica indícios industriais não somente na complexidade da técnica, em mecanismos de produção não tão sofisticados quanto se espera, mas que se nutrem de vida urbana e, através dela, se multiplicam. Em outras palavras, a indústria do Rio de Janeiro desponta como uma nova lógica que esbarra e se dissolve timidamente na tradição colonial conservadora: é uma manufatura que serve às pompas da elite que se espelha no homem europeu; é a indústria têxtil pontualmente inserida no espaço rural, em busca de recursos hídricos como fonte de energia e produção, ou que se beneficia de estruturas já existentes. Ainda assim, suficiente para estabelecer novas lógicas de ocupação do espaço.

Longe de determinar parâmetros técnicos de avaliação da indústria do século XIX, então, a primeira preocupação que se expressa aqui é a de identificar a lógica espacial que passa a induzir a ocupação carioca, e na qual estão inclusas tanto as grandes fábricas que despontam – as ruas que são abertas, as casas e escolas que são construídas, os clubes, associações e sindicatos que são formados, etc. – como a concentração de manufaturas que servia à população urbana. Nesse sentido, a industrialização carioca do século XIX se manifestou espacialmente de duas formas básicas: 1) a partir de complexos industriais

¹ De fato, a partir de 1891, a publicação anual do Almanak Laemmert traz à tona a curiosa aplicação da palavra *indústria* para denominar atividades próximas da produção artesanal.

² Em relação à indústria como um apoio à agricultura, as atividades da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, posterior Centro Industrial, fundada em 1827, foram determinantes para o incentivo à indústria, muitas vezes associado à modernização de métodos agrícolas. A organização possuía um espaço destinado à visitação de maquinário e uma biblioteca, publicava periódicos mensais, ministrava aulas e se correspondia com sociedades estrangeiras (CARONE, 1978, p. 20), o que a colocava como sociedade civil ativa no processo de industrialização. Sua revista, “O Auxiliar da Indústria Nacional”, publicada entre 1833 e 1892, atuou como um instrumento de circulação de informações e ideias, difundindo estudos inéditos de países em processo de industrialização já avançado.

afastados do centro da cidade – um exemplo é a Companhia Progresso Industrial, ou Fábrica de Bangu, fundada em 1889; 2) em infraestruturas anteriormente estabelecidas, reconfigurando ocupações preexistentes – são exemplos as fábricas de Vila Isabel, do Jardim Botânico, de Laranjeiras, de São Cristóvão, dentre outros casos.

Já no século XX, uma terceira forma desponta através da ocupação da periferia, facilitada pela construção das Estradas de Ferro, cada uma a seu tempo – Estrada de Ferro D. Pedro II (1858); Estrada do Norte (1886); Estrada de Ferro do Rio D’Ouro (1883); e Linha Auxiliar (1893) – e que posteriormente se desloca para eixos rodoviários, como a Avenida Brasil.

A ocupação urbana do Rio de Janeiro, nesse sentido, reflete um processo de mudanças e permanências sociais marcado pelas contradições de uma sociedade que se molda segundo uma nova lógica econômica, a industrial, e carrega, em contrapartida, marcas do período colonial, bem como se reconfigura com a chegada de migrantes. Nesse processo, como demonstram os dados apresentados e mapeados por Maurício de Abreu (2006, p. 128), a relação entre a localização das indústrias e a ocupação do território carioca por favelas é direta: superado o sistema em que a própria companhia fabril fornecia moradia a seus operários através da construção de vilas – prática comum no final do século XIX – as indústrias cariocas do século XX foram propulsoras da precarização sistêmica da habitação popular na cidade. Ainda assim, as localidades que indústrias e trabalhadores passaram a ocupar – o que Abreu define como “periferia imediata” (p. 21) – se transformaram em polos onde a vida e a cultura operária se manifestaram espacialmente.

MEMÓRIA OPERÁRIA: SUA CONSTRUÇÃO COMO DISCIPLINA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO

Tendo em mente as limitações identificadas no processo de conceituação do patrimônio industrial, dentre elas uma suposta interdisciplinaridade que, mesmo presente em seu discurso, encontra dificuldades em ser posta em prática, ainda é possível avistar avanços nos diferentes campos disciplinares que têm se dedicado ao estudo do trabalho e da classe trabalhadora. No caso do Rio de Janeiro, a contribuição da história, da antropologia e das ciências sociais ganha destaque através do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e acervos destinados à temática.

Desde a década de 70, pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ) e em Antropologia e Sociologia (IFCS/UFRJ) constroem uma gama de estudos de caso e reflexões teóricas, reunindo materiais nos quais a abordagem cultural se faz presente. Tal perspectiva, que se expressa sobretudo no estudo da identidade social através da memória operária, se mostra relevante por apresentar métodos muitas vezes destoantes dos utilizados pelo campo da arquitetura e do urbanismo e pela gestão do patrimônio industrial.

Nesse contexto, é preciso compreender, primeiramente, que a própria conceituação de uma memória operária – identificada concretamente em estudos de caso que abrangem diversas localidades do Brasil – perpassa um esforço anterior ou mesmo simultâneo: o de estudar as condições de vida e trabalho dos operários brasileiros. Da mesma forma, tal conceito exige a reflexão sobre as noções de memória e identidade, bem como as relações existentes entre elas.

Como relata José S. L. Lopes (2011), antropólogo pesquisador do PPGAS/Museu Nacional, as bases de pesquisa a nível mundial sobre a classe operária se apresentavam na literatura antropológica da década de 1970 principalmente através de estudos realizados por pesquisadores de diferentes disciplinas que vivenciaram a rotina das fábricas – alguns em suas trajetórias de vida, outros introduzindo-se intencionalmente no ambiente operário para estudo de campo. No Brasil, a conformação nos anos 60 da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores, à margem das pesquisas então hegemônicas na Escola Paulista de Sociologia, também teve papel importante para impulsionar estudos sobre o tema nas décadas seguintes, ainda que estes tenham sido inicialmente freados pela intervenção política nas universidades (LOPES, RAMALHO; 2011, p. 2).

Na perspectiva cultural, cabe destacar a contribuição do sociólogo austríaco Michael Pollak, professor visitante do CPDOC e do PPGAS/Museu Nacional entre outubro e dezembro de 1987, que trouxe discussões a respeito das noções de memória e identidade social. De modo geral, Pollak discorre sobre aspectos intrínsecos à memória – sua construção social e individual a partir de *acontecimentos, personagens e lugares*; seu caráter seletivo; e sua relação com um *sentimento de identidade*. Tal sentimento, ainda segundo o raciocínio de Pollak, pressupõe elementos básicos para se manifestar: uma unidade física, definida muitas vezes pela fronteira; uma continuidade temporal – e, por conseguinte, o disfarce de rupturas; e uma coerência para unificar os diferentes elementos que constituem o indivíduo (POLLAK, 1992, p. 2-5). Seguindo essa abordagem, para a memória operária a consolidação de uma coerência é particularmente necessária para se superar as próprias diferenças existentes entre os grupos que constituem a classe trabalhadora, em prol da construção de uma identidade a ser utilizada como instrumento de luta política e, por que não, de legitimação espacial.

Outro grupo de pesquisadores que trouxe uma notória contribuição para o estudo da classe operária no Rio de Janeiro se desenvolveu na Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) a partir da década de 80. Com pesquisas que trazem documentações históricas sobre o cotidiano operário no Rio desde o final do século XIX – que resultaram em publicações como “Rio de Janeiro Operário”, livro organizado pela historiadora Eulália M. L. Lobo –, o grupo trouxe outra perspectiva para a historiografia sobre movimentos operários, que apresentava, até então, uma tendência “paulistocêntrica” (LOBO, 1992, p. i). Da mesma forma, o esforço em reunir e organizar escritos de operários em “Ouve Meu Grito: Antologia de Poesia Operária (1894-1923)”, realizado também por Eulália Lobo em conjunto com Bernardo Hocker, coloca em evidência alguns temas recorrentes no discurso operário em determinadas épocas, tais como: a liberdade, o antimilitarismo, o anticlericalismo e a importância da religião, a crítica social, o amor e a justiça.

Mais recentemente, destaca-se a contribuição do historiador Ricardo Pimenta, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, nos anos 2000, abordando a

questão da memória operária e da identidade entre os operários têxteis do Rio de Janeiro, bem como a pesquisa do historiador Paulo Fontes, realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC) e que resultou em registros como os documentários *Favela Fabril* (2012) e *Memórias de um Rio Fabril* (2017).

De modo geral, se comparada com o método comumente adotado para a identificação do patrimônio industrial, a construção dos estudos sobre memória operária nas instituições de ensino citadas evidencia aproximações distintas em relação ao objeto de estudo. Enquanto a memória operária resulta de uma leitura da identidade social construída dentro da lógica econômica estabelecida e pode se expressar também – mas não só – materialmente, o patrimônio industrial parte, via de regra, da materialidade.

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL TOMBADO DO RIO DE JANEIRO

Mas, afinal, atualmente qual é o lugar do patrimônio industrial nas políticas de preservação do Rio de Janeiro?

Apesar da conceituação elaborada nas últimas décadas acerca do termo, tal patrimônio não se insere como uma categoria específica no processo de identificação de bens culturais. Mesmo assim, levando-se em consideração o conceito apresentado na Carta de Nizhny Tagil, é possível identificar no patrimônio carioca alguns exemplos de imóveis que elucidam os valores culturais atualmente atribuídos ao processo de industrialização pelo campo da preservação:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, Nizhny Tagil, 2003, p.3.

Em âmbito geral, o patrimônio associado mais diretamente à industrialização – isto é, os espaços destinados à produção (fábricas), a infraestrutura construída em função dessa atividade (ferrovias, canais, etc.), bem como locais destinados à vida do operário e de sua família (vilas, escolas, sindicatos, clubes esportivos, etc.) – no caso do Rio de Janeiro, encontra maior respaldo através da atuação do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), de abrangência municipal. Ainda que a maior parte dos imóveis protegidos na cidade do Rio de Janeiro tenha sido tombada através do IPHAN, no que diz respeito à industrialização, sua atuação no território carioca ou mesmo no Estado tem pouca expressão.

Dentre os 356 tombamentos definitivos e provisórios do IRPH³, 25 instruções podem ser enquadradas na categoria de patrimônio industrial, levando-se em conta, no entanto, que grande parte de tais resoluções se deu na década de 1990 – as primeiras articulações entre o poder público brasileiro e um possível patrimônio industrial enquanto conceito só se dariam de modo efetivo nos anos 2000, representadas especialmente pela criação do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH Brasil), em 2004. Da mesma forma, não raro o tombamento do patrimônio industrial se vê vinculado ao patrimônio denominado ferroviário, devido ao fato de o desenvolvimento industrial ter sido frequentemente facilitado pela infraestrutura férrea, hoje obsoleta em diversas regiões do país e que, por isso, tem gerado certa comoção para a preservação de sua memória. No caso do Rio de Janeiro, a infraestrutura rodoviária exerce papel semelhante no desenvolvimento industrial e urbano da cidade no século XX.

A instância municipal, nesse sentido, não deixa de estar permeada por esse leque de designações que se abre dentro do campo do patrimônio cultural: em uma breve análise dos tombamentos realizados pelo IRPH desde sua criação como Departamento Geral de Patrimônio Cultural (DGPC), em 1986, pode-se observar que as principais iniciativas em prol de uma memória operária no espaço urbano se efetiva através de edificações industriais de grande porte ou de vilas operárias localizadas nos primeiros eixos de ocupação industrial da cidade: imóveis situados na zona sul, especialmente no Jardim Botânico; no centro da cidade – como a vila da Avenida Salvador de Sá, tombada pela Câmara Municipal em 1984; na região do antigo Andaraí Grande; bem como o caso simbólico da Fábrica de Bangu, responsável por impulsionar já no século XIX a urbanização de uma região distante do centro da cidade e construir uma forte identidade local. Pouco se fala, ainda, sobre um possível patrimônio vinculado a identidades locais construídas na periferia da cidade, cuja ocupação foi impulsionada pela indústria ao longo do século XX. Pimenta, já identifica essa lacuna de forma mais abrangente, ao trazer à tona uma “condescendência pública em esquecer uma cidade cujos protagonistas jamais foram de famílias conhecidas e que na ordinária memória pública apenas deram muito trabalho ao Estado” (2013, p. 303).

Nessa trajetória, também cabe ressaltar, dentre as medidas tomadas pelo órgão, a escolha da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) como o instrumento de proteção utilizado para regulamentar o tombamento da Fábrica Confiança, em Vila Isabel, trazendo à tona o caráter urbano que o tema apresenta e que, muitas vezes, coloca em questão e flexibiliza as formas tradicionais de preservação do patrimônio cultural. Além disso, em alguns casos ficam evidentes as limitações da atuação do órgão para preservar a integridade física dos imóveis tombados bem como garantir o usufruto destes pela classe operária que lhes conferiu um valor simbólico.

A seguir, a lista de imóveis aqui identificados como patrimônio industrial da cidade do Rio de Janeiro, conforme tombamento municipal:

³ As resoluções de tombamento do IRPH foram consultadas no site: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados> (Acesso em: 11 de outubro de 2018).

Tabela: Patrimônio Industrial Tombado pelo IRPH (1984-2018)

NOME	ENDEREÇO	TOMBAMENTO
<p>1. Conjunto Arquitetônico remanescente da antiga COMPANHIA DE FIAÇÃO CONFIANÇA</p>	<p>Rua Artidoro da Costa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prédio remanescente do conjunto fabril, representativo do estilo industrial inglês do séc. XIX, onde está instalado o Supermercado Boulevard, as fachadas, a cobertura e seus elementos estruturais remanescentes da fábrica, bem como a chaminé da mesma; • Palacete do Barão de Drummond - escritório do supermercado; • Casas de nº : 37, 43, 47, 53, 57, 77, 83, 87, 91, 95, 101, 105, 109, 113, 144, 152, 160; • Todas as casas da vila de nº 106, 138 e 160 fundos; • Todas as casas remanescentes e o piso pé-de-moleque da vila cujo acesso está situado em frente ao imóvel nº 58. Número das casas existentes: I, II, III, IV, V e VI. <p>Rua Souza Franco</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de números: 3, 27, 30 e 33. <p>Rua Piza e Almeida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de números: 7, 9, 11, 15, 17 e 19; • Todas as casas remanescentes e o piso pé-de-moleque da vila de número 13; número das casas existentes: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XIV, XVII, XVIII, XIX e XX. <p>Rua Maxwell</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de números: 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228 e 230; • Casas de números: 213, 215, 217 e 219; • Casas de números: 259 e 261; • Todas as casas da vila existente no local de nº 211. <p>Rua Senador Soares</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de números: 76, 78, 80 e 82. <p>Rua Araújo Lima</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de números: 194, 196, 198, 200, 202, 204, 206, 208, 210 e 212. <p>Rua Silva Teles</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de números: 91, 93, 114, 116, 118, 122, 124 e 126; • Todas as casas das vilas existentes nos locais de nº 95 e 120; • Arquibancada do Conjunto Esportivo Confiança, 	<p>Decreto nº 5.215 de 11/07/85 - DOM de 12/07/85 Lei nº 2.038 de 19/11/93 - DCM nº 219 de 23/11/93 (cria a APAC e tomba imóveis) Decreto nº 10.459 de 18/09/91</p>

	<p>situada no nº 104;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todos os elementos arquitetônicos existentes no conjunto fabril: elementos estruturais, de acesso, fachada, cobertura, chaminés, luminárias, postes, etc. 	
<p>2. SAGAS - Bens culturais localizados nos bairros SAÚDE, GAMBOA, SANTO CRISTO e parte do CENTRO, entre os quais constam parte do patrimônio industrial da cidade</p>	<p>Imóveis destacados pela autora:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Galpões da Estrada de Ferro Central do Brasil, na faixa de domínio da RFFSA, Santo Cristo. • Trapiche - Rua Santo Cristo, 152 - Santo Cristo • Prédio do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores Urbanos de Passageiros do Município do Rio de Janeiro - Rua Camerino, 66 – Centro • Moinho Fluminense - Rua Sacadura Cabral, 290 – Gamboa • Cortiço - Rua Costa Ferreira, 70 - Centro • Edificação residencial, cortiço e comercial - Rua Senador Pompeu, 34 – Centro • Cortiço - Rua Senador Pompeu, 43 – Centro • Cortiço - Rua Senador Pompeu, 51 – Centro • Vila Operária da Gamboa - Rua Barão da Gamboa, 150 (ap. 101, 201), 152 (ap. 102, 202), 154 (ap. 103, 203), 156 (ap. 104, 204), 158 (ap. 105, 205), 160 (ap. 106, 206), Santo Cristo, I RA; • Vila - Avenida Caruso - Rua Barão de São Félix, 97 - Centro I RA • Vila - Rua Marquês de Sapucaí, 14 - Santo Cristo I RA; 	<p>Decreto nº 6.057 de 23/08/86 - DOM de 27/08/86</p> <p>Decreto nº 6.598 de 29/04/87- DOM de 30/04/87 (retificação: Moinho Fluminense)</p> <p>Decreto nº 14.750 de 25/04/96</p>
<p>3. BENS CULTURAIS situados na área do PROJETO “ESPAÇO DE MORADIA AO SUL DO CORREDOR CULTURAL”- Centro, entre os quais destaca-se o tombamento de vilas</p>	<p>Imóveis destacados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrado e Vila - Rua do Lavradio, 122 • Vila - Rua General Caldwell, 206 	<p>Decreto nº 6.932 de 08/09/87 – DOM de 10/09/87</p> <p>Decreto nº 7.076 de 06/11/87 – DOM de 09/11/87</p>
<p>4. CHÁCARA DO ALGODÃO - Vila</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Estella: par: 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26 e 28 	<p>Decreto nº 7.313 de</p>

<p>Operária, conjunto de imóveis localizados no JARDIM BOTÂNICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Rua Caminhoá: par: 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36 e 38 ÍMPAR :5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31 e 33 • Rua Abreu Fialho: par: 12 - Condomínio Esporte Club Ímpar: 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 e 39 • Rua Alberto Ribeiro: par: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38,40 Ímpar: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33 e 35 • Rua Mestre Joviniano: ímpar 25, 33, 39, 43, 49, 53, 57 e 61 <p>lado par s/nº - Marcos do portão de acesso, original, à Cia. de Fiação e Tecelagem Carioca</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua Pacheco Leão: Par: 724, 732, 738, 744, 750, 758, 780, 786, 792, 798, 804, 812, 836, 842, 850, 854, 862 868 • Rua Fernando Magalhães: ímpar: 267, 273, 283, 289, 293 e 299 	<p>29/12/87 - DOM de 30/12/87</p>
<p>5. MATADOURO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ</p>	<p>Largo do Bodegão, s/nº- Santa CRUZ</p>	<p>Lei nº 1.180 de 30/12/87 - DOM de 06/01/88</p>
<p>6. IMÓVEL (inclui no tombamento os prédios principal e secundário da Subestação Elétrica da Light e estabelece sua Área de Proteção do Entorno)</p>	<p>Rua Frei Caneca, 363 - CATUMBI</p>	<p>Decreto nº 11.222 de 27/07/92 - DOM de 28/07/92 Decreto nº 15.107 de 12/09/96 - D.O. RIO de 13/09/96</p>
<p>7. ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DO MATADOURO DE SANTA CRUZ</p>	<p>Km 56.426 do ramal ferroviário da Central do Brasil</p>	<p>Decreto nº 12.193 de 09/08/93 - DOM de 10/08/93</p>
<p>8. CONJUNTO INDUSTRIAL DA</p>	<p>Rua José Higino, 115 – TIJUCA</p>	<p>Decreto nº 13.267 de 30/09/94 -</p>



HANSEÁTICA- BRAHMA		DOM de 04/10/94
9. FÁBRICA DE CARTUCHOS DO EXÉRCITO e os bens de seu entorno que integram o mesmo conjunto arquitetônico e paisagístico	Rua Bernardo de Vasconcelos, 941 / Rua Oliveira Braga / Avenida Santa Cruz REALENGO, XVII RA	Lei nº 1.962 de 04/05/93 - DOM de 07/05/93 Decreto nº 13.679 de 15/02/95 - DOM de 16/02/95
10. FÁBRICA BANGU - CONJUNTO de PRÉDIOS e CONSTRUÇÕES da CIA. PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL - FÁBRICA BANGU	Rua Fonseca, 240	Decreto nº 13.883 de 10/05/95 - DOM de 11/05/95 Lei nº 3.086 de 02/08/00 - D.O. Rio de 08/08/00
11. IMÓVEIS	Rua da Indústria, 18 e Rua Mestre Camargo, 03	Decreto nº 14.464 de 20/12/95 - DO RIO de 21/12/95
12. ESTÁDIO PROLETÁRIO GUILHERME DA SILVEIRA	Situado no quadrilátero integrado pelas Ruas Sul América, Istambul, Figueiredo Camargo e Sidney - BANGU	Decreto nº 15.199 de 17/10/96 - DO RIO de 18/10/96
13. CONJUNTO DE IMÓVEIS	RUA DAS LARANJEIRAS: 388, 390 (Vila Olga), 392, 394, 396, 398, 400, 402 e 404 Decreto: Nº 19.006 de 05/10/00	Decreto: Nº 19.006 de 05/10/00 - D.O. Rio de 06/10/00
14. BENS LOCALIZADOS NO BAIRRO DO JARDIM BOTÂNICO	Destacam-se: • Antiga Escola da Fábrica de Tecidos Carioca e Casa do gerente, Rua Corcovado, 250 e 252 • Rua Jardim Botânico, 725, 729 (casas de vila)	
15. BENS EM BOTAFOGO	Destacam-se: • Rua Dona Mariana vila 133 fundos (casas 1, 2, 3, 4) • Rua Voluntários da Pátria: vila 34 (casas	



	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24)	
16. IMÓVEL	Rua Equador, 476 – Santo Cristo	Decreto nº 27.501 de 22/12/06 – D.O.Rio 26/12/06
17. BAIRRO NEUSA	Rua Dona Maria, 56, 60, e n.º 62 - Vila Isabel	DECRETO n.º 31585, de 11 de dezembro de 2009 - D.O.RIO de 14.12.2009
18. AMÉRICA FUTEBOL CLUBE	Rua Campos Sales, nº 118 - Tijuca	DECRETO Nº 31890 de 9 Fevereiro de 2010
19. FÁBRICA DE CHOCOLATES BHERING	Rua Orestes, nº 28 – Santo Cristo	DECRETO nº 36.016 de 30/07/2012
20. OLARIA ATLÉTICO CLUBE	Rua Bariri, nº 251 – Olaria	DECRETO nº 37773 de 09/10/2013
21. Antiga Fábrica de Tecidos Nova América	Avenida Martin Luther King Júnior, 126, Del Castilho	Decreto nº40.695 de 01/10/2015 – D.O.Rio de 02/10/2015
22. Edifício da sede do Sindicato dos Gráficos	Rua Licínio Cardoso, nº 461 – São Francisco Xavier	Decreto nº40.703 de 01/10/2015
23. Guindastes como bens integrados aos Armazéns do Cais da Gamboa	Cais da Gamboa, na Região Portuária do Rio de Janeiro	Decreto nº41.037 de 01/12/2015
24. Casino Bangu, situado no bairro de Bangu – XVII R.A. Decreto nº 41.519 de 08/04/2016	Rua Fonseca, 534	Decreto nº 41.519 de 08/04/2016

25. Sede do Esporte Clube Maxwell	Rua Maxwell, 174	Lei nº 6.219 de 30/06/2017
-----------------------------------	------------------	----------------------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da construção teórica realizada por diferentes campos, desenvolvida através de observação empírica e reflexões teóricas acerca do trabalho no espaço urbano, da significação espacial a partir da vivência do trabalhador, da configuração dos campos do patrimônio industrial e da memória operária – e suas respectivas limitações –, o artigo em questão traz uma aproximação entre essas diferentes perspectivas, ora opostas, ora complementares, que tem a cidade do Rio de Janeiro como estudo de caso.

Nesse processo, de modo geral, o que se observa é, de um lado, um campo constituído por estudiosos do patrimônio industrial e do patrimônio cultural em um quadro mais amplo – entre os quais, no Brasil, prevalece a figura do arquiteto e sua perspectiva frequentemente pautada na materialidade – e, de outro, linhas de pesquisas das ciências humanas que se esforçam em decifrar a presença operária em suas simbologias e memórias, perpassando, em seu decurso, a questão urbana.

Da mesma forma, diante dos rumos que a gestão do patrimônio cultural vem tomando e do crescente interesse e urgência em se discutir os novos usos a serem atribuídos às antigas glebas e construções fabris, as transformações urbanas, muitas vezes pintadas de maneira otimista como requalificações estratégicas em áreas tradicionalmente esquecidas pelo Estado, se mostram como um meio de apagar memórias vivas, ainda que camufladas, e histórias de resistência na cidade. Nesse sentido, e diante do histórico de construção científica a respeito do tema, faz-se particularmente necessário que o lugar do operário dentro do patrimônio industrial seja reconhecido de acordo com suas especificidades – e isso inclui também reconhecer que a valoração cultural atual e as práticas da preservação, sob o discurso de salvaguarda de um patrimônio simbólico e edificado para gerações futuras, tem escolhido quem constrói e usufrui do patrimônio cultural da cidade. Além disso, faz-se necessário que a potencialidade da memória em permanecer no espaço e no tempo seja reconhecida e apropriada pelos estudiosos do urbano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- LOPES, José S. L. (Org.). *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.
- LOPES, José S. L., e Rosilene ALVIM. “Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial”. In: *Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009.
- LOPES, José Sérgio L. “Apropriações dos estudos sobre cidade pela perspectiva de uma Antropologia do Trabalho”. *Revista de Antropologia*, dezembro de 2015.
- PIMENTA, Ricardo M. Memória em Ruínas: desindustrialização fluminense no limiar do século XX. In: *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- RIX, Michael. Industrial Archaeology. In: *The Amateur Historian*. Inglaterra, 1955.
- TICCIH. *Carta de Nizhny sobre o Patrimônio Industrial*, 2003.